



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 25 DE ABRIL DE 1997

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Embaixador Luis Felipe Lampreia, nosso Ministro das Relações Exteriores; Senhor Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sebastião Rego Barros; Senhor Paraninfo da turma de formandos, meu indispensável auxiliar direto, Embaixador Gelson Fonseca Júnior; Senhor Diretor do Instituto Rio Branco, Ministro André Amado; Senhores Diretores das academias diplomáticas dos países do Mercosul, mais o Chile e a Bolívia; Senhores Embaixadores que aqui se encontram, nossos embaixadores e embaixadores de países amigos; Senhores Professores; Senhores Formandos; Senhoras Formandas; Senhoras e Senhores,

Eu gostaria de iniciar estas breves palavras rendendo, de todo coração e também com a razão, como diria o Embaixador Gelson Fonseca, uma homenagem a esta casa. Eu acho que esta solenidade a que assistimos, nesta manhã, nos enche de satisfação e de orgulho.

Disse o Ministro Lampreia que nós temos um patrimônio diplomático de quase 200 anos. Isso é importante. Mas tão importante quanto um patrimônio diplomático é a capacidade de renová-lo. E, hoje, atra-

vés da solenidade que aqui se está desenrolando, através da presença de todos os senhores formandos, familiares e dos discursos que foram aqui realizados, o Brasil fica orgulhoso desta Instituição.

Eu costumo citar uma conferência a que assisti uma vez, de um antropólogo inglês chamado Edmond Leach, quando ele foi sagrado cavaleiro, pela rainha, chama-se “Once a knight is enough”, em que ele fazia uma descrição da maneira como ele estava sendo sagrado. E, ao mesmo tempo em que ele se sentia altamente homenageado, como antropólogo – os cientistas sociais sempre têm que ter um pouco um vezo crítico, senão, não se sentem bem – fazia uma descrição um pouco, não diria irônica, mas aprofundada daqueles atos. E não deixava de reconhecer aquilo que disse o Ministro Lampreia: que há momentos de iniciação que são fundamentais.

De alguma maneira – eu comentava, aqui, com o Ministro Lampreia – isto, aqui, me lembrou alguma solenidade nos *colleges* ingleses. Falta a beca, falta a gala, mas o espírito é o mesmo. E não digo isso com nenhuma ponta de ironia. Digo isso com muito orgulho. Duzentos anos, renovação, capacidade de produzir pensamento, capacidade de criar um conjunto de servidores do Estado que transformam o Itamaraty – e não vou exagerar no que direi – num pilar do Estado brasileiro. É um pilar do Estado brasileiro.

O Ministro Lampreia descreveu não só o desafio dos senhores, como o desafio dele, como ministro, e nosso, como governantes, de todo o país de um *aggiornamento* que está sendo feito. O Itamaraty, hoje, sabe que está havendo uma mudança e que ele é parte essencial dessa mudança. E a mudança está sendo feita, seguindo os conselhos do Embaixador Gelson Fonseca, buscando que os conceitos não sejam vazios, pela falta de sensibilidade e, portanto, que a razão não se estiole e que a sensibilidade não seja cega, pela falta de um caminho que a oriente. É assim que o Brasil está mudando na sua política externa.

E, ao falar de política externa e ao falar de Itamaraty, isso, aqui, ficou muito claro. E mais claro ainda, simbolicamente, pelo fato de que vocês escolheram o Darcy Ribeiro como paraninfo. Ao fazerem isso, esse conjunto de transformações está mostrando, uma vez mais, como nunca,

que o interno e o externo se reencontram. E se reencontram nesta casa. É verdade o que foi dito e repetido aqui: o bom diplomata é o diplomata que conhece as realidades do país e que tem o enraizamento de tal natureza nessas realidades do país que sabe que não há como escondê-las, nem se deve escondê-las, até porque, a despeito das muitas dificuldades, das muitas injustiças, das muitas desigualdades – utilizando a expressão que foi dita aqui – é quase uma nova Roma que se coloca como perspectiva neste mundo tropical.

Isso é um desafio que nos enche de motivação para enfrentá-lo. E o Darcy Ribeiro – e, por isso, acredito que foi simbólica a escolha do seu nome para paraninfo desta turma, neste momento – o Darcy sempre teve razão. Quem conviveu com ele, como eu convivi, intimamente, percebia, pois ele, muitas vezes, dava a impressão de que era pura sensibilidade. E, às vezes, era. Às vezes, no limiar da não-razão, sempre teve razão, porque sempre foi buscar dentro dele e em nós outros a força para reconhecer que nós somos um povo com uma especificidade nacional. Isso é fundamental. Só os povos – e eu, aqui, naturalmente, não quero fazer nenhuma referência excludente a outros povos, cada um terá sua singularidade – mas só os povos-nação são capazes de enfrentar o mar encapelado do momento atual da globalização.

Agora, neste momento, pelas mesmas razões que nos levam a nos preocuparmos com o externo e com as limitações que o externo impõe, muitas vezes, às decisões internas, apenas os povos que são capazes de ter força interior é que enfrentam esse mar encapelado com tranqüilidade, porque sabem que, a despeito de todas as tendências limitantes que possam ocorrer, encontrar-se-á sempre a brecha para buscar uma marca específica que recupere o nosso interesse e a nossa identidade. E isso depende muito dessa compreensão que se está vendo formar, naturalmente, nesse momento novo do Itamaraty. Isso está ocorrendo.

Não é fácil. Não é fácil o diplomata, que tem que, certamente, representar o País nas negociações, tem que estar interagindo com atores de todo tipo, não é fácil para ele estar sempre com a antena voltada não só para o externo, mas para o interno. Mas é assim que se forma o bom diplomata, aquele que é capaz de mergulhar na sua realidade, na sua

circunstância e, por causa disso, tem capacidade de se ajustar e, muitas vezes, ao contrário, de fazer com que os outros se ajustem, seja ele às circunstâncias externas, seja o externo àquilo que é o interesse especificamente nosso.

Esse desafio não pode ser preenchido e cumprido, simplesmente, com retórica e com palavras. Depende de um aprendizado, depende de uma humildade e depende, embora o método deva ser usado sem suspensório e sem cinto, depende também dessa capacidade de disciplina, dessa capacidade de termos uma marca, de termos um estilo, que deriva dessa disciplina.

O Itamaraty tem estilo, tem marca, porque tem disciplina. E essa disciplina não se faz sobre o vazio, mas se faz sobre uma maneira, a sua capacidade de voltar-se para a realidade interna e para a realidade externa.

O que foi aqui dito, que os estudantes do Rio Branco foram à Amazônia ver os ianomâmis, foram ver o que faz o médico, o que faz o militar lá, foram compreender aquela realidade e, certamente, terão compreendido outras realidades mais. É parte indispensável da formação do bom diplomata. De um homem que, lá no exterior, vai discutir, muitas vezes, temas muito abstratos, como a noção de soberania limitada, para saber até que ponto pode-se opor ou não a ela, até que ponto ela é um impositivo do mundo contemporâneo; para discutir matérias mais áridas, às quais, infelizmente, nós temos dedicado mais tempo do que gostaríamos: a questão das tarifas, a questão dos acordos de preferência comerciais, a questão dos investimentos, a questão da propriedade intelectual. Enfim, dos temas mais abstratos aos temas mais concretos.

Essa espécie de síntese é o que garante ao diplomata a sua qualidade específica. E o fato de o Itamaraty, tendo estilo, ter sido capaz de responder, como tem respondido, a esse desafio, nos enche a todos nós de satisfação.

Eu, talvez, não devesse nem dizer mais nada, tantas foram as afirmações consistentes, que aqui já foram feitas e que, certamente, encontram, como encontraram, ecos nas palmas que foram batidas, de justa satisfação, para todos os aqui presentes.

Mas eu não gostaria, como Presidente da República, de deixar de lhes dizer que, efetivamente, o desafio que o Brasil está enfrentando hoje é um desafio que requer mais e mais da nossa compreensão e da nossa dedicação.

Nós hoje temos – e o Ministro Lampreia mostrou com clareza – rumo na nossa política exterior. Nós hoje temos anseios e caminhos, na nossa vida, dentro do nosso país. Anseios, os mais díspares, como é natural.

Nós hoje temos para moldar-nos – e quase todos se referiram a esse fato – um amplo processo de democratização, sem o qual nada avançaria nem avançará. Mas nós temos, portanto, também por isso mesmo, um sentido de responsabilidade muito grande, porque sabemos que havendo, como há, anseios os mais variados; havendo, como há, desigualdades as mais perversas e havendo, como há, liberdade para que todos manifestem os seus desejos, é preciso que haja, também, ao lado da sensibilidade para com esses problemas, a razão. A capacidade dos governos, do Estado – se eu puder dizer assim – de definir, até certo ponto, e em diálogo, em interação, mas de definir a agenda, porque nós não temos a capacidade, a possibilidade de resolver tudo ao mesmo tempo, porque os recursos não são ilimitados.

E, como os recursos não são ilimitados, há que escolher, definir prioridades, ferindo interesses, mesmo quando esses interesses possam vir a ser atendidos mais adiante. E isso requer, crescentemente, e talvez paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a sociedade – como aqui já foi referido – está à frente, muitas vezes, e tem estado, da capacidade do Estado, de definir rumos, isso requer, agora, um Estado mais competente. Um Estado que se reorganize, porque se não houver essa capacidade do Estado, de ser mais competente, de se reorganizar, ele não vai poder orientar – não diria nem orientar – ser capaz de implementar aquelas orientações que já surgiram como uma demanda democrática da sociedade.

Nós precisamos de um Estado mais competente. E os senhores são a parte da administração que, em geral, como eu disse, como pilar do Estado que são, detêm uma boa porcentagem dessa competência. Têm, portanto, uma responsabilidade acrescida sobre a responsabilidade dos

demais cidadãos, porque sabem mais, têm mais formação. Não digo mais do que todos, há muitos corpos do Estado que têm competência, mas vocês estão entre os corpos do Estado que têm essa maior competência.

E terão de ter a capacidade de interagir com novos atores. Porque, se no passado a política internacional era um jogo entre representantes de Estado; se hoje as sociedades passam a permear esse jogo, e dele também participar, os senhores terão que se haver com as organizações não-governamentais, terão que se haver com uma opinião pública mundial que se forma, que influencia a opinião pública local; terão que se haver com a opinião pública local. Terão, portanto, que ter uma flexibilidade, uma plasticidade maior do que nunca, para que possam ajudar o Estado – não me refiro ao Governo – mas o Estado brasileiro, a que ele faça, realmente, aquilo que é dele esperado.

Tarefa difícil, mas tarefa para a qual vocês estão sendo preparados, tarefa para a qual, eu tenho certeza, terão a competência de levar adiante com um desempenho cada vez mais louvável, por parte do país.

Nesse esforço imenso, nesse mundo novo que se avizinha, nesses mil dias que nos separam do próximo século, temos que andar depressa, no Brasil. Andar depressa para, com essa política já definida, implementá-la, e implementá-la de molde a atender aos anseios da sociedade, e ouvindo não só, como eu digo, de vez em quando “a voz rouca das ruas”, mas a opinião pública internacional que, muitas vezes, ecoa a voz rouca das ruas e, outras vezes, ecoa interesses que estão distante dos nossos mas, nem por isso, serão menos capazes de sensibilizar a nossa ação, porque muitos deles são interesses também legítimos, que têm que ser ouvidos e atendidos.

O Brasil, como os senhores sabem, as senhoras sabem, tem, hoje, uma política muito clara – e o Ministro Lampreia desenhou-a, embora sumariamente, com muita precisão. Nós estamos nos inserindo, crescentemente, no sistema de produção e de comércio internacional.

Com isso, estamos deixando para trás uma longa tradição nossa, compreensível também: país grande, de mercado interno amplo, país, portanto, que se voltou muito mais sobre si mesmo e que, agora, de

repente, se vê na contingência de se abrir aos desafios do mundo. Este é o momento no qual a posição do diplomata, a função do diplomata e a ação do diplomata tornam-se essenciais, mais fundamentais do que nunca, porque é o momento do encontro entre o interior e o exterior e da redefinição das fronteiras, se é que elas vão existir, entre essas esferas, se é que elas não vão ser, crescentemente, de sobreposição de umas com as outras. Nós, lá fora, defendendo os nossos interesses internos e, aqui dentro, prestando atenção para que o Brasil não se paroquialize e para que ele seja capaz, efetivamente, de desempenhar um papel construtivo nessa nova ordem internacional que está sendo formada.

Nova ordem internacional, de polaridades indefinidas, já foi dito aqui, mas que, certamente, no próximo século, vai desenhar-se um pouco mais nitidamente do que se está desenhando agora, nesse período de pós-Guerra Fria, nesse período em que, simplesmente, dá a impressão de que o mercado define regras. Amanhã, ver-se-á que o mercado é insuficiente para definir regras. E que os Estados e, portanto, a política e, portanto, os povos, vão ter de novo uma voz e, portanto, a cultura, no sentido antropológico, dos valores; e que a peculiaridade de cada um dos Estados Nacionais vai outra vez ter um papel, nesse redesenho do equilíbrio mundial.

Equilíbrio mundial, instável, sempre, como são os equilíbrios entre os povos e entre os Estados e Nação, mas equilíbrio mundial que não vai poder ser pensado nem à luz do que foi, no passado, a bipolaridade, nem à luz dessa fase intermediária, em que não se vê muito claramente quais são as linhas de conformação das regras que vão definir as decisões internacionais.

O Brasil se prepara para isso. Prepara-se não com pretensão. Prepara-se com a noção dos seus limites, também, mas está preparado para participar desse redesenho da ordem internacional. Nesse redesenho, o interesse nacional continuará sendo a nossa bússola, mas o interesse nacional não pode ser pensado com o olhar do passado, em um país autárquico e que podia fechar-se com muralhas imaginárias, ao resto do mundo. Tem que ser um interesse nacional capaz de se colocar a um

nível do desafio onde ele está colocado hoje, que é nas discussões sobre as grandes regras do jogo da política externa.

A OMC vai continuar existindo, com força. Teremos que ter posições lá, como já começamos a ter: a capacidade de discutir as nossas questões com competência, ao nível da OMC, da Organização Mundial do Comércio e não, simplesmente, fechando-nos como se o resto do mundo não existisse e como se nós pudéssemos fazer o que nos desse à cabeça. Não é mais assim. Mas a nossa cabeça continuará sendo importante, para que nós possamos utilizar os mecanismos que essa nova ordem propicia, e que nós temos que tirar as vantagens desse mecanismo para a defesa do interesse do nosso país. O interesse nacional continuará, portanto, sendo o grande, digamos, guia das nossas decisões e a nossa grande motivação.

Mas nesse processo de redefinição das regras de convivência internacional, dizia eu, nós não vamos nos limitar a seguir aquilo que foi definido pelo interesse abstrato do chamado “mercado”. Nós vamos ter que definir, cada vez com mais força, o interesse concreto que os valores da nossa sociedade impõem como necessários: de mais igualdade, de mais justiça e, portanto, de transferência de tecnologia e de busca de investimentos, para que a igualdade possa ocorrer, e não seja só retórica a nossa capacidade de atrair maiores interesses, não só econômicos, mas também de transformação científica, tecnológica, educacional, para o nosso país.

E vamos fazê-lo, como já estamos fazendo, dentro, primeiro da nossa geografia – temos o Mercosul. O Mercosul é hoje, para o Brasil, peça fundamental, porque faz parte da nossa sensibilidade alargada. Da nossa sensibilidade alargada e motivada por termos um espaço geográfico de proximidade, e estamos afinando os nossos interesses.

Amanhã, essa sensibilidade alargada poderá estar ao redor do eixo hemisférico. Tomara que esteja. Mas nós temos que construir essa possibilidade, afinando a nossa sensibilidade nos instrumentos que estão, já, disponíveis para nós.

Estaremos, ao mesmo tempo, como estamos, definindo o nosso papel como um país que é absolutamente servidor das causas da paz –

basta ver o que estamos fazendo em Angola. Que sabe que o equilíbrio do hemisfério depende de um relacionamento positivo e construtivo do Brasil com os Estados Unidos, e nós estamos empenhados nisso. Que sabe que nós precisamos – como eu disse aqui – do Mercosul e das suas ampliações, na América do Sul, como um instrumento também de coesão, entre os nossos países. Mas que sabe que, no caso do Brasil, tudo isso é insuficiente, e que nós precisamos manter nossas relações muito ativamente, com a Europa, com a União Européia, com setores importantes da Ásia, com o Japão, com a China e com o Sudeste Asiático, e que nós nunca perdemos de vista, como disse também o Chanceler Lampreia, a África do Sul, Angola, Moçambique, a Namíbia, os nossos parceiros e vizinhos, do outro lado.

Somos, portanto, nesse aspecto, de novo paradoxalmente, ao mesmo tempo, um país que tem essa força tão grande, de olhar para dentro e quase paroquial, destinado, talvez pela nossa vocação de tamanho, pela plasticidade da nossa cultura, da nossa capacidade de convivência com raças, com culturas, com países, somos, também, um país de vocação global.

E isso é bom. No momento em que existe essa globalização da economia, um país como o nosso encontra forças dentro de si mesmo, do seu povo e Nação, encontra forças para ter uma presença que não se limita à geografia, embora parte dela, não se limita aos condicionantes hemisféricos, embora considere-os fundamentais, mas que quer ter um protagonismo, no nível internacional.

É para isso que os senhores estão sendo preparados, é para isso que os senhores estão sendo chamados, e termino com poucas palavras, dizendo que é um momento que eu chamaria de glorioso. Assim como noutra época foi possível a Rio Branco definir nossas fronteiras, e foi possível ao povo brasileiro sentir que era pelo caminho da negociação pacífica que nós avançaríamos, nós hoje estamos definindo em outro plano nossas fronteiras e nossos interesses. Já não é mais a geografia que os limita.

Hoje, nesse mundo de comunicação global, como todos sabem, nós temos outros instrumentos, para que a nossa presença seja ativa. E é

esse o desafio que está posto ao Itamaraty. O Itamaraty, hoje, encontra-se numa situação paralela ao Itamaraty de Rio Branco.

E me alegra, como Presidente da República, dizer-lhes: embora não se prefigure um Rio Branco – e no mundo de hoje seria difícil que uma pessoa enfeixasse esse conjunto de qualidades –, eu tenho certeza de que há muitos Rio Brancos, em cada um de vocês um pedacinho dele. E, juntos, vamos fazer aquilo que o Brasil espera de todos nós. Faremos com calma, com tranquilidade, dentro da democracia, mas com muita motivação. E é por isso que nesta cerimônia de iniciação, neste rito em que, uma vez cavaleiro é a última vez em que se é cavaleiro, os senhores tiveram o último dia de inocência das responsabilidades. Daqui para frente, não há mais desculpa.

Muito obrigado.